Não se confunda o acessório com o essencial

Quando o PCP pede a demissão da maioria que suporta o executivo municipal, devido à situação da Empresa Turrisespaços, se a maioria cedesse, o que aconteceria? Previsivelmente, uma campanha eleitoral, novas eleições, e dentro de dois, três meses, estaríamos com um executivo municipal similar ao de hoje: quatro PS, um PSD/CDS, um PCP/CDU, um BE. Se, por acaso, o PS perdesse um vereador, a deslocação seria - aposto-o - para o PSD -, o que levaria, perdida a maioria, ao PS fazer as alianças que fossem necessárias com o PSD/CDS. E mesmo que o PC atingisse o 2.º deputado, o que me parece mesmo muito difícil, fá-lo-ia devido à fragilidade que a esquerda à sua esquerda, revela a nível nacional e se reflecte municipalmente. O BE talvez viesse a perder o seu vereador, a oposição deixaria de ter, no executivo, um pluralismo de opiniões, o que a faria recuar para um passado já longínquo, da década de oitenta.

Que ganharia o PCP/CDU com isso?

Não está em causa a justa polémica criada pela situação da Turrisespaços, que não passa de mais um dos muitos presentes envenenados que a política dita socialista de António Rodrigues deixou como herança ao actual executivo. Nesta, o Tribunal de Contas não transigiu.

Da cultura à saúde, da educação ao desporto, do associativismo ao desenvolvimento concelhio, a herança do PS, associada ao empreendedorismo da especulação empresarial, transformou um concelho com alguma dinâmica económica e social visível até á década de oitenta, num espaço que lembra um pesado silêncio sufocante antes dum terramoto de consequências imprevisíveis. Se o actual presidente Pedro Ferreira, denuncia alguma abertura, não se ignora que foi vice e cúmplice de vinte anos de desenfreado autoritarismo e pouca transparência democrática. A gestão financeira da Câmara assentou, que se saiba, na sua responsabilidade. E nunca constou que se iria demitir, por discordância com a orientação política do presidente de então…

As minhas dúvidas são outras.

Que agricultura, que comércio, que indústria, alimentam as estruturas concelhias, permitem um quadro político autárquico, funcionários administrativos, um sector educativo, um sector da saúde, um sector bancário, um sector sócio-assistencial? Por outras palavras? Como se paga o que é hoje o concelho, mesmo reduzido, mesmo em implosão, de Torres Novas?

Em que sectores se gera emprego? Que resposta dão os sectores educativos às necessidades dos jovens? Que se encontra no sector da saúde que seja garantia duma qualidade assistencial cuidada? Que permite num concelho onde se encerram postos de saúde, correios, transportes, empresas de pequena e média dimensão, uma agricultura quase transformada em sobrevivência, escolas, comércio, restaurantes, cafés, o associativismo pela rua da amargura, os jornais em crise de leitores e com dura sobrevivência, uma quase nula vida cultural e artística, que proliferem como cogumelos médias e grandes superfícies comerciais, seguradoras, instituições bancárias, associações empresariais? Qual a percentagem de impostos que esse empreendedorismo especulativo deixa para a política autárquica?

Que mundo é este, em que os jovens, os quadros técnicos e superiores são obrigados a emigrar, num concelho sem emprego, mas onde o sector da vida nocturna prolifera sem controlo?

Como se chegou aqui? Ruínas, obras abandonadas, empresas falidas, abandono, empobrecimento, miséria, resignação, envilecimento. E medo, muito medo. Não do futuro, mas do presente que é o futuro amanhã.

Onde estão as maravilhas? Por onde correu o dinheiro? Onde estão as escolas que não passaram de projecto, o edifício camarário, os transportes escolares, o dinheiro que se gastou e nunca nenhuma auditoria verificou a transparência? O que se diz da Turrisespaços não envolve toda uma governança de 20 anos, nos sectores múltiplos de obras, de programas eleitorais, de subsídios, de empregos, de viagens, transportes, intercâmbios? Que ganhou Torres Novas com a geminação com Santo Antâo? Com Timor?

É este o mundo que o PS concelhio oferece e à sua população. Numa política de 20 anos de maioria absoluta, o PCP/CDU, na oposição, que me lembre, pediu duas auditorias e, depois -

desistiu? A verdade é que, vinte anos depois, mesmo com propostas programáticas justas, conferências de imprensa, visitas aos concelhos, não ganhou raízes suficientes para ser, só por si, alternativa. Sem uma unidade das esquerdas, PS incluído (há mais socialistas que os do poder), BE, independentes, não haverá alternativa ao rotativismo actual

As esquerdas autárquicas têm uma função importantíssima na Câmara. Mostrar os erros. Pedir explicações. Solicitar inquéritos, auditorias financeiras. Denunciar, se existem, fraudes. Mostrar como o poder económico corrompe o poder político. Como o poder político controla o sector educativo, social, associativo, como estes se deixam, por necessidade de sobrevivência, como sedes, computadores, mobiliários, equipamentos, festas, enlear.

Pedir que o poder se demita, quando se deixa impune tudo o que é, quotidianamente, em duas décadas, verbas nunca transparentemente explicadas é, desculpe-se-me a franqueza, falta de sentido de realidade. O rei continua impunemente nu.

4 de Setembro de 2014antoniomario45@gmail.com

António Mário escreve sempre às quintas-feiras em www.oriachense.pt